

## **Síntese do resultados: linguagem inclusiva nos syllabi das unidades curriculares integradas nos EMGF**

### **Camila Marques (FEUC) e Virgínia Ferreira (APEM/FEUC/CES)**

Na sua totalidade, foram analisadas 116 unidades curriculares integradas nos Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas (EMGF).

A maior parte das unidades curriculares são lecionadas por docentes do género feminino, correspondendo a 44,83% do total, enquanto que os docentes do género masculino são responsáveis por 15,52% das unidades curriculares. Acrescenta-se que 39,66% das unidades curriculares não possuem qualquer indicação quanto à docência.

Relativamente ao uso de linguagem inclusiva, a maioria dos programas das unidades curriculares não a utiliza, correspondendo a 36,21%. Mesmo quando há uma tentativa, 28,45% dos programas fazem-no de forma inconsistente. Apenas 39 programas, 33,62% do total, fazem o uso correto e consistente de linguagem inclusiva.

Destes 39 programas, a maioria faz uso das barras (o/a ou a/o) e das palavras não marcadas sexualmente, sendo as mais comuns estudante, docente e discente. Outras palavras incluídas nesta categoria são participante, pessoa idosa, profissional de Enfermagem, entre outras. Alguns programas fazem, ainda, uso dos parênteses (o(a) ou a(o)), da dupla forma do feminino e do masculino, e de símbolos (como @ e x). Outras formas observadas foram o uso do feminino genérico e o uso de “os alunos e alunas”, o último demonstrando a falta de consistência no uso de linguagem inclusiva. Adicionalmente, 8 programas (6,90%) não apresentam o uso do masculino genérico, mas também não utilizam nenhuma técnica específica.

Sobre a inclusão da perspectiva de género nas diversas partes dos programas das unidades curriculares, podemos observar algumas particularidades.

Relativamente às competências, apesar de não estarem definidas em 43,97% dos programas, 45,69% incluem a perspectiva de género, sendo que 40,52% o fazem de forma direta e 5,17% de forma indireta. Exemplos da inclusão da perspectiva de género de forma indireta são a alusão à diversidade e desigualdades familiares, às mudanças das relações familiares e a questões da sexualidade, como a sua construção social. Adicionalmente, 10,34% das unidades curriculares não incluem as questões de género nas suas competências.

No que diz respeito aos objetivos, podemos observar que a maioria dos programas, 56,90%, faz menções diretas ao género e que 6,90% o fazem indiretamente. Os exemplos de menções indiretas ao género nos objetivos são semelhantes aos encontrados nas competências, correspondendo à

família na sociedade contemporânea e às transformações das relações familiares e conjugais, incluindo também aspetos relacionados com a sexualidade, identidades sexuais e o corpo como entidade social. Além disso, 8,62% dos programas não incluem a perspetiva de género nos objetivos.

Quanto aos conteúdos das unidades curriculares, a maioria inclui a perspetiva de género de forma direta, correspondendo a 87,93% do total. Menções indiretas ao género perfazem 4,31% dos programas e incluem, mais uma vez, questões da Sociologia da Família e da Sexualidade, para além de questões relativas à interseccionalidade e gestão da diversidade.

Da bibliografia também podemos retirar algumas conclusões. Metade dos planos recorre a formas de referência que não permitem perceber o género do/a autor/a, colocando apenas a inicial do primeiro nome. As referências usando os nomes por extenso encontram-se em 26,72% dos programas.

Ver base de Dados no website da APEM